

CONSIDERAÇÕES INICIAIS SOBRE O PLANO DIRETOR DE DESENVOLVIMENTO URBANO (PDDU) E SUAS REPERCUSSÕES NA EXPANSÃO URBANA DE FEIRA DE SANTANA

Diego Evangelho Barbosa de Carvalho¹; Rosangela Leal Santos²;

1. Bolsista PEVIC, **Diego Evangelho Barbosa de Carvalho**, Universidade Estadual de Feira de Santana, e-mail: diego.engenheiro.uefs@gmail.com
2. Orientadora, **Rosangela Leal Santos**, Universidade Estadual de Feira de Santana, e-mail: rosangela.leal@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: legislação, planejamento urbano, expansão urbana.

INTRODUÇÃO

As cidades do interior abrigavam viajantes e funcionavam como um portal de acesso para outras regiões. Assim foi com Feira de Santana uma cidade mercantilista que está situada num dos principais entroncamentos rodoviários do Nordeste e abriga um diversificado setor de comércio que age como pólo gravitacional na confluência da produção e distribuição de bens e serviços. Feira transformou-se num eixo básico da região que expande suas atividades até áreas circunvizinhas aquecendo cada vez mais a economia local, além disso, a cidade recebe sempre imigrantes atraídos pelo desenvolvimento econômico e social do município. Logo este município que atua como parte de um sistema urbano primaz sempre exerceu importante papel no inter-relacionamento regional, consolidando como referência de centro polarizador das atividades econômicas e políticas do Estado da Bahia, mais especificamente do Portal do Sertão, entretanto, as consequências deste crescimento populacional, urbano e econômico acelerado tem provocado mudanças demográficas e físicas no seu território, contribuindo em grande parte para a perda da qualidade de vida dos cidadãos.

A administração municipal desenvolveu políticas públicas de planejamento urbano durante este processo evolutivo da cidade, entretanto o plano diretor que é um dos principais objetos de planejamento está defasado em relação às demandas atuais do município. Ações voltadas para a ocupação territorial, concentração de indústrias, serviços e comércio além de habitação são tomadas tardiamente provocando com isso uma queda nos padrões de qualidade de vida garantidos aos cidadãos pela Lei Federal Nº 10.257, de 10 de julho de 2001.

MATERIAL E MÉTODOS

Para realização deste estudo foram utilizados os seguintes materiais:

1. Dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), referente ao crescimento demográfico do Município de Feira de Santana/BA, desde 1970 até 2010.
2. Uso do software Excel para confecção dos quadros.

Este estudo consistiu em análises através do método analítico, com pesquisas bibliográficas sobre a temática de estudo, legislação e os conceitos de planejamento urbano e plano diretor. A primeira etapa consistiu no levantamento bibliográfico, no qual se pesquisou em livros e publicações que pudessem enriquecer as informações pertinentes à proposta da pesquisa.

Além da análise de dados do IBGE em diferentes períodos mostrando o crescimento demográfico avaliou-se também a ocupação do solo no decorrer desses anos e o avanço sobre as bacias hidrográficas localizadas no entorno da cidade. Os dados foram processados e analisados através de técnicas estatísticas clássicas com o uso do software Excel para assim mapear o comportamento desses elementos, oferecendo informações úteis às futuras gerações que habitarão esses espaços.

DISCUSSÃO

1. Estatuto da Cidade: Disposições sobre Planejamento Urbano

A Lei nº 10.257 de 10 de julho de 2001 estabelece normas de ordem pública e interesse social que regulam o uso da propriedade urbana em prol do bem coletivo, da segurança e do bem-estar dos cidadãos, bem como do equilíbrio ambiental. Ainda de acordo com esta Lei o artigo 2, Inciso IV afirma que “um dos objetivos da política urbana é promover o planejamento do desenvolvimento das cidades, da distribuição espacial da população e das atividades econômicas do Município e do território sob sua área de influência, de modo a evitar e corrigir as distorções do crescimento urbano e seus efeitos negativos sobre o meio ambiente”.

Entretanto, para que o cumprimento da política urbana aconteça de fato, às cidades dispõem de instrumentos garantidos pela referida Lei já citada, dentre os quais o 4º artigo, Inciso III e Alínea a “dispõe sobre o planejamento municipal, em especial o plano diretor” e o 39º artigo esclarece as atribuições dizendo que: “a propriedade urbana cumpre sua função social quando atende às exigências fundamentais de ordenação da cidade expressas no plano diretor, assegurando o atendimento das necessidades dos cidadãos quanto à qualidade de vida, à justiça social e ao desenvolvimento das atividades econômicas, respeitadas as diretrizes previstas no artigo 2º desta Lei”.

“Em um sentido amplo, planejamento é um método de aplicação, contínuo e permanente, destinado a resolver, racionalmente, os problemas que afetam uma sociedade situada em determinado espaço, em determinada época, através de uma previsão ordenada capaz de antecipar suas ulteriores conseqüências” (FERRARI, 1986).

2. Feira de Santana: Histórico e Crescimento Populacional

Feira de Santana começou a apresentar características de cidade logo após o estabelecimento da feira do gado, sua posição geográfica privilegiada conferiu sucesso à feira que logo recebeu imigrantes de diversas regiões do país atraídos pelo desenvolvimento do comércio da região, estes buscavam emprego ou estabelecer o próprio negócio além de residir na localidade. Com a evolução do município, Feira de Santana tornou-se o maior comércio de gado do norte do Brasil, progredindo como o centro comercial líder do interior. Depois de 1940, observou-se que a área abrangida pelos negócios expandira-se bastante como também a diversificação dos produtos comercializados na cidade. Isto proporcionou o rápido aumento da população e o progresso da indústria no município, levando a uma maior urbanização da cidade. A população rural, contudo que até a década de 50 representava mais de dois terços da população total do município, começou a decair significativamente até mesmo em termos absolutos, deslocando-se para áreas urbanas, (Quadro 1) a seguir.

Quadro 1. Crescimento Absoluto e Relativo da População Urbana e Rural de Feira de Santana.

Anos	Crescimento Absoluto e Relativo da População em Feira de Santana					
	População Total	%	População Urbana	%	População Rural	%
1970	190.076	34,09	134.263	92,12	55.813	-22,34
1980	291.504	53,36	233.905	74,21	57.599	3,20
1991	406.447	39,43	348.973	49,19	56.875	-1,26
1996	450.487	10,84	393.943	12,89	56.544	-0,58
2000	480.000	6,55	427.200	8,44	52.800	-6,62
2007	551.997	14,99	496.797	16,29	55.200	5,74
2010	556.642	1,00	510.635	2,78	46.007	-16,65

Fonte: IBGE - Censo

Quadro 2. Taxa de Urbanização do município de Feira de Santana.

Anos	Taxa de Urbanização	
	População Urbana (%)	População Rural (%)
1996	87,44	12,56
2000	89,00	11,00
2007	89,99	10,01
2010	91,73	8,27

Fonte: IBGE - Censo Demográfico

No entanto a urbanização não aconteceu de forma planejada e como as taxas de crescimento foram muito maiores, a cidade passou a crescer sem um controle efetivo, de acordo com Santo et al (2011) mesmo tendo criado o seu primeiro Plano Diretor Local Integrado (PDLI) em 1968, um dos primeiros da América Latina. Em 2000 foi elaborado o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano (PDDU), entretanto a cidade não se tornou exemplo de planejamento e ainda de acordo com SANTO (2011) os Planos criados nunca foram devidamente implantados, numa forma de minimizar o desprestígio as denominações variaram para: Plano Diretor, Planejamento Integrado, Plano Urbanístico Básico e Plano Municipal de Desenvolvimento. Logo a execução destes planos depende da compatibilização com planos das instâncias estaduais e federais demandando assim articulação entre estes poderes além da fiscalização e punição quando descumpridos o estabelecido no PDDU.

Segundo Ribeiro et al (1997), a proposta de um governo democrático e popular significa um processo de descentralização do poder. Esta concepção se materializou inicialmente através da proposta dos conselhos populares (...). A experiência no interior das prefeituras indicou que as formas de participação eram muito mais amplas e diferenciadas. Passava-se de uma herança de oposição entre movimentos sociais e administração para um reconhecimento do papel dos diversos atores sociais na construção de uma esfera pública democrática. Estas formas de participação assumem uma diversidade de tipos em função das escalas de planejamento, de gestão, grau de institucionalização e de poder de decisão.

Uma análise dos últimos censos demográficos do IBGE mostra uma redução na taxa de crescimento anual em Feira de Santana, entretanto, projeções apontam o crescimento populacional para os próximos anos. Até 2020 a população feirense será de 660.850 habitantes aproximadamente, valor este obtido com base na taxa de crescimento de 2001 até 2010 que foi de 2,42. A criação da Região Metropolitana de Feira de Santana (RMFS) ocorrida em 2011 tem por principal objetivo permitir o ordenamento e planejamento do território visando o crescimento de uma futura metrópole que atenda aos anseios sociais e aos interesses coletivos promovendo o desenvolvimento sustentável e a harmonia na sociedade.

Os indicadores ambientais justificam a sua importância na gestão dos espaços urbanos e rurais, onde contribuem para um melhor aproveitamento dos recursos naturais, e, principalmente, por que funcionam como mecanismo de prevenção contra a degradação destes ambientes, possibilitando uma melhor relação entre as sociedades humanas e o meio que as cerca além de serem importantes instrumentos de planejamento (MACHADO et al, 2011).

Então fazer uma comparação entre a evolução urbana da cidade em diferentes períodos é essencial para compreender melhor os efeitos do crescimento atual e como ocorrerá à distribuição populacional no espaço territorial do município nos próximos anos, visto que o crescimento continua acelerado e o planejamento urbano continua num ritmo inversamente proporcional. As imagens 01 e 02 permitem comparar o avanço da população sobre áreas que até então são consideradas pela legislação áreas de preservação permanente, entretanto hoje já fazem parte da cidade e estão sendo degradadas gradualmente.

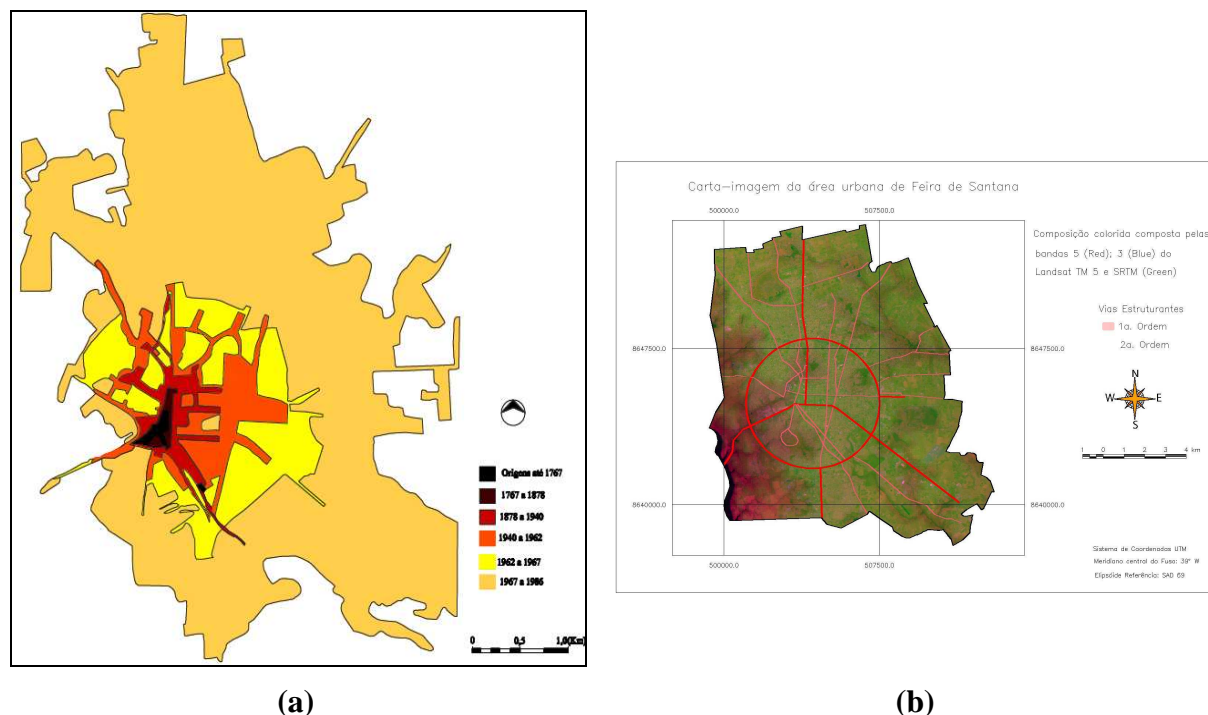


Figura 1 – A cidade de Feira de Santana. (a) Fases do crescimento da área urbana de Feira de Santana no decorrer do tempo (de 1767 a 1986) (SANTO, 1992); (b) Características do relevo, de aplainamento e de dissecação de área urbana e a distribuição das vias estruturantes da cidade (SANTOS e SANTOS, 2012).

CONSIDERAÇÕES FINAIS:

O Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano (PDDU) aprovado por lei municipal é o instrumento básico da política de desenvolvimento e expansão urbana, fazendo parte integrante do processo de planejamento municipal, sendo válido quando houver participação popular no planejamento da cidade através do levantamento de problemas e demandas, assim como proposição de soluções.

Com a criação da Região Metropolitana de Feira de Santana planejar é indispensável para que sejam garantidos os direitos básicos a população e o crescimento do município provoque impactos ambientais mínimos. Criar conselhos populares que representem cada localidade pertencente à RMFS para democraticamente desenvolver um novo Plano Diretor participativo é o começo de uma grande modificação no cenário físico-territorial do município de Feira de Santana de forma a se preparar para o crescimento futuro.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001. Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. *Diário Oficial [da República Federativa do Brasil]*, 10 de julho de 2011.
- FERRARI, Célson: **Curso de Planejamento municipal integrado: Urbanismo**. 5ª ed. São Paulo: Editora Livraria Pioneira, 1986.
- RIBEIRO, Luiz César de Queiroz, SANTOS JÚNIOR, Orlando Alves dos; **Globalização, fragmentação e reforma urbana: o futuro das cidades brasileiras na crise**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Disponível em <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>. Acesso em 10 de agosto de 2012.
- SANTOS, Bethsaide Souza: **Análise espacial da distribuição dos condomínios fechados na zona urbana de Feira de Santana entre 1995 e 2010**. Trabalho de Conclusão de Curso de Engenharia Civil. Feira de Santana: UEFS, 2012.
- SANTO, Sandra Medeiros; SAMPAIO, Antonio Heliódoro Lima; SILVA, Bárbara-Christine Nentwig; FERNANDES, Rosali Braga. **Planejamento Urbano de Feira de Santana (BA): Comparação entre os Planos Diretores de 1968 E 2000**. Revista Geográfica de América Central, *Número Especial EGAL*: Costa Rica, 2011.
- SANTO, Sandra Medeiros. **A água em Feira de Santana: Análise do bairro Rocinha**. Dissertação de Mestrado: UFBA, 1995.
- MACHADO, Ricardo Augusto Souza; LOBÃO, Jocimara Souza Britto; VALE, Raquel de Matos Cardoso do; SOUZA, Ana Paula Mascarenhas Jesus de. **Análise morfométrica de bacias hidrográficas como suporte a definição e elaboração de indicadores para a gestão ambiental a partir do uso de geotecnologias**. Anais XV Simpósio Brasileiro de Sensoriamento Remoto - SBSR, Curitiba – PR, 2011.